

REFORMA PROTESTANTE E JACOBINISMO NOS QUADERNI DEL CARCERE:
EXEMPLOS DO "NACIONAL-POPULAR"
PROTESTANT REFORM AND JACOBINISM IN THE PRISON NOTEBOOKS:
EXAMPLES OF THE "NACIONAL-POPULAR"

Claudio Reis¹

RESUMO: O projeto de nação apresentado por Antonio Gramsci nos Quaderni del carcere, funda-se no conceito de "nacional-popular". O autor pensa nessa formulação tendo como referência os interesses do movimento operário e das classes populares em geral. E para demonstrar a sua real possibilidade de se efetivar no mundo social, busca ressaltar alguns exemplos históricos em que o movimento nacional-popular se realizou. Dois desses, entre outros, referem-se à reforma protestante e ao jacobinismo francês. Tanto no primeiro caso como no segundo, a participação ativa das classes populares no processo foi decisiva. Mesmo ressaltando as diferenças profundas, em termos político-culturais entre um e outro, ambos os movimentos tiveram o popular como protagonista.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Protestante. Jacobinismo. Nacional-Popular. Antonio Gramsci.

ABSTRACT: The project of nation presented by Antonio Gramsci in *Prison Notebooks* is based on the concept of "national-popular." The author thinks this formulation in reference with the interests of the labor movement and the popular classes in general. Furthermore, to demonstrate its real capability to be effective in the social world, seeks to highlight some historical examples in which the national-popular movement took place. Two of these, among others, refer to the Protestant Reformation and the French Jacobinism. Both, the first and second case, the active participation of the popular classes in the process were decisive. Even pointing out the profound differences in political and cultural terms between one and another, both movements had the popular as protagonist.

KEYWORDS: Protestant Reform. Jacobinism. National-Popular. Antonio Gramsci.

REFORMA PROTESTANTE E A SAÍDA "NACIONAL-POPULAR"

Para o autor dos *Quaderni*, o movimento dos reformadores da Igreja Católica, ainda no século XVI, teve uma dimensão muito mais ampla do que a moral-religiosa. A ruptura com a Igreja de Roma desencadeou o surgimento de uma poderosa, mas ainda embrionária "vontade coletiva nacional-popular", indispensável para a construção da moderna nação. E, de certa forma, este foi o principal acontecimento histórico que se opôs ao Renascimento. Enquanto os reformadores apresentavam uma conduta moral e política voltada diretamente às massas populares, os renascentistas se restringiam à "alta cultura" e aos pequenos círculos de intelectuais.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp. Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Como exemplo do vínculo estabelecido entre os líderes do movimento e as massas, pode-se ressaltar as alterações na esfera das línguas “nacionais”. Em linhas gerais, “a ênfase no uso da língua vernácula e a oposição ao poder hierárquico do clero ajudaram a dar às igrejas um contato mais estreito com os leigos e com certos grupos lingüísticos.” (Breuilly, 2000, p. 163)

Para Gramsci, a Reforma acabou se caracterizando pela ausência de uma “grande cultura”, tal qual foi o Renascimento. Somente em momentos posteriores é que ela também gerou uma “grande filosofia”, exemplo marcante é a própria filosofia clássica alemã. Mesmo sem uma grande expressão cultural, a Reforma foi efetiva historicamente devido ao seu caráter popular, por isso mais avançada politicamente que o Renascimento.

Os impactos do movimento dos reformadores para a formação da moderna nação alemã são demonstrados por Gramsci da seguinte forma:

A reforma luterana e o calvinismo, onde se difundiram, suscitaram um amplo movimento popular-nacional, e só em período sucessivos uma cultura superior; os reformadores italianos não geraram grandes acontecimentos históricos. É verdade que também a Reforma em sua fase superior assume necessariamente os modos do Renascimento e, como tal, se difunde mesmo nos países não-protestantes, onde não houvera a incubação popular; mas a fase de desenvolvimento popular permitiu aos países protestantes resistir tenaz e vitoriosamente à cruzada dos exércitos católicos e assim nasceu a nação alemã como uma das mais vigorosas da Europa moderna. (GRAMSCI, Q. 16, 2001, p. 1859)

Como se sabe, todo o processo de reforma sobre a Igreja Católica, fora duramente combatido pelo clero romano. Assim, qualquer tentativa de se popularizar os dogmas cristãos logo assumia formas “heréticas”. A criação da Companhia de Jesus é justamente esta reação ao processo de aproximação da Igreja em relação ao “povo” – dinamizada pelos reformadores alemães.

O caráter popular do movimento reformador fez com que sua principal expressão fosse justamente “o povo alemão em seu conjunto” e “não os intelectuais.” (GRAMSCI, Q. 16, 2001, p. 1862) Essa foi sua característica fundamental, isto é, a participação ativa das camadas populares no processo de rompimento com a Igreja de Roma e suas determinações. O caráter secundário dos intelectuais gerou conseqüências significativas para o movimento. Segundo Gramsci, foi justamente a “deserção dos intelectuais ante o inimigo que explica a ‘esterilidade’ da Reforma na esfera imediata da alta cultura, até que da massa popular, que permanece fiel, se selecione lentamente um novo grupo de intelectuais que culmina na filosofia clássica.” (Idem) De qualquer forma, apesar de ser originária de um movimento popular, a filosofia clássica alemã acabou por se caracterizando pela “alta cultura”, com pouco vínculo com o “povo”. Somente num segundo momento é que ela

vai contribuir para o nascimento de uma “filosofia da práxis”, baseada fundamentalmente nas forças populares. Portanto, mesmo não gerando inicialmente uma “grande filosofia”, o movimento reformador contribuiu para, séculos depois, nascer o pensamento marxiano – caracterizado pela “alta cultura”, mas, diferentemente da filosofia clássica alemã, voltada inteiramente às classes subalternas.

Como já assinalado acima, a Reforma protestante gerou, no interior da Igreja de Roma, um retrocesso profundo em termos democráticos, pois em resposta a tal movimento o clero romano iniciou o processo da “Contra-Reforma”. Nas palavras do autor dos *Quaderni*: “o verdadeiro ponto de ruptura entre democracia e Igreja, deve ser situado na Contra-Reforma, quando a Igreja necessitou, em grande estilo, do braço secular contra os luteranos e abdicou de sua função democrática.” (GRAMSCI, Q. 1, 2001, p. 117)

Em termos gerais, as ações dos reformadores, principalmente no âmbito da participação ativa das massas populares, exerceram um importante impacto nas relações sociais e políticas da Europa. No caso da Alemanha, os efeitos são explícitos. Já em outros países, como a França, o catolicismo foi vitorioso, mas não ao ponto de conter o Iluminismo. Grosso modo,

em seu início, o movimento protestante era um movimento revolucionário. A “revolução” protestante não se realizou in toto; mas, como movimento popular importante, conseguiu impedir, por exemplo, o triunfo da Contra-Reforma na Alemanha. Na França, predominou o catolicismo, mas o próprio catolicismo não pôde impedir o desenvolvimento do iluminismo, que abriu caminho para a revolução de 1789 (a qual, para Gramsci, teve precisamente o papel de substituir a Reforma protestante na França). (Kebir, 2003, p. 149)

A partir das análises gramscianas é possível dizer que a Reforma Protestante teve um impacto fundamental para a formação não apenas do chamado “mundo moderno”, mas também para o fortalecimento do próprio capitalismo. A reforma intelectual e moral realizada por esse movimento gerou não somente a filosofia clássica alemã, mas também aquilo que Max Weber definiu como uma “ética protestante” – decisiva para o fortalecimento inicial do capitalismo. Em comparação ao catolicismo, afirma o sociólogo alemão, essa nova conduta se realizou de modo extremamente agressivo. Como o próprio alerta:

Devemos porém notar, fato muitas vezes esquecido, que a Reforma não implicou na eliminação do controle da Igreja sobre a vida quotidiana, mas na substituição por uma nova forma de controle. Significou de fato o repúdio de um controle que era muito frouxo e, na época praticamente imperceptível, pouco mais que formal, em favor de uma regulamentação da conduta como um todo, que penetrando em todos os setores da vida pública e privada, era infinitamente mais opressiva e severamente imposta. (Weber, 2003, pp.12-13)

Em certo sentido, o “mundo moderno” é iniciado a partir de dois grandes caminhos: de um lado o Renascimento, caracterizado pela chamada “alta cultura”, pela erudição do grande intelectual e pela “grande arte”, mas sem a participação do subalterno – processo esse fortemente enraizado na Itália; de outro, tem-se a Reforma Protestante, movimento marcado pela participação ativa dos grupos populares, mas sem um conhecimento e uma filosofia de grande alcance. As conseqüências dessa polarização moderna foram sentidas nos mais diversos níveis da vida social do Ocidente. No entanto, deve-se ressaltar que o binômio Reforma e Renascimento não indica uma oposição especulativa, como em Croce, e nem mesmo uma polaridade axiológica funcional. (Frosini, 2007) Em certo sentido, Gramsci busca sintetizar essas duas dimensões por meio do próprio marxismo, isto é, é neste que o autor encontra em movimento as características fundamentais de um e de outro.

De qualquer maneira, será no âmbito da Reforma que se visualizará a primeira expressão histórica de um movimento de cunho nacional-popular. Esse elemento, na leitura de Gramsci, significou um grande avanço político-social para as forças progressistas alemãs. Nesse sentido, o movimento nacional-popular é base orgânica do nascimento do “mundo moderno” e do próprio capitalismo. Outro exemplo central nas reflexões de Gramsci, de força nacional-popular é o jacobinismo

JACOBINISMO E O NACIONAL-POPULAR LAICO

Na França até houve a tentativa de se incorporar os princípios de Lutero, mas a Igreja Católica impediu. No caso deste país, a “reforma” se deu no século XVIII e teve uma outra configuração político-cultural – mais avançada intelectual e moralmente. Como diz Gramsci:

A França foi dilacerada pelas guerras de religião, com a vitória aparente do catolicismo, mas teve uma grande reforma popular no século XVIII, com o Iluminismo, voltairianismo, a Enciclopédia, que precedeu e acompanhou a Revolução de 1789; tratou-se realmente de uma grande reforma intelectual e moral do povo francês, mais completa do que a luterana alemã, porque alcançou mesmo as grandes massas camponesas, porque teve um fundo laico acentuado e tentou substituir a religião por uma ideologia completamente laica representada pelo vínculo nacional e patriótico... (GRAMSCI, Q. 16, 2001, p. 1859)

Assim como a França influenciou o pensamento de Maquiavel, com a efetivação da Monarquia Absoluta, a Revolução de 1789, também repercutiu profundamente nas reflexões gramscianas. A experiência francesa, principalmente do período jacobino, é uma referência importante no pensamento gramsciano – observada em várias notas dos *Quaderni*. O “jacobinismo é para Gramsci um conceito histórico-político, de forte significado figurativo” (Medici, 2007, pp. 124-125), em que a imagem da “vontade

coletiva nacional-popular” é uma das principais características. De fato nas reflexões gramscianas, “o jacobinismo se apresenta como uma síntese da Grande Revolução no seu conjunto...” (Medici, 2007, p. 127)

A importância das experiências francesas fica evidente quando, ao refletir sobre a história deste país, Gramsci ressalta parte de sua formulação sobre o surgimento da nação moderna. Um exemplo a ser dado é o seguinte:

O sufrágio universal, introduzido na França há muito tempo, já determinou a adesão política das massas, formalmente católicas, aos partidos republicanos de centro, embora estes sejam anticlericais e laicistas: o sentimento nacional, organizado em torno do conceito de pátria, é igualmente forte e, em determinados casos, é indubitavelmente mais forte do que o sentimento religioso-católico, que de resto tem características próprias. (GRAMSCI, Q. 13, 2001, p. 1645)

O aspecto interessante aqui é como a nação é contextualizada no processo de avanço das forças liberal-burguesas, fazendo frente às instituições feudais, com destaque para a Igreja Católica. Como se sabe, a origem do absolutismo francês está nas lutas entre a burguesia e as classes do “Antigo Regime”, sendo a primeira a principal representante de todas as classes populares – compostas em maior número por camponeses. A consolidação do inovador sentimento nacional, sobre as massas populares, foi um elemento fundamental para a difusão dos projetos político-sociais da burguesia e para sua consolidação enquanto classe hegemônica. A partir desse momento, a relação dos indivíduos e dos grupos com a nação passou a significar um elemento real e vivo, alterando profunda e concretamente o processo histórico. De certo modo, isto possibilita dizer que a nação, enquanto um *tempo-espaço* político-cultural específico, ocupou parte do lugar antes dominado pela moral cristã na subjetividade dos indivíduos.

O sentimento religioso, desorganizado em tempos pacíficos, pode se tornar bastante vigoroso e coeso em períodos de crises políticas e conflitos morais. Agora, quando o “futuro parece pleno de nuvens tempestuosas, também a solidariedade nacional, expressa no conceito de pátria, torna-se absorvente na França, onde a crise não pode deixar de assumir o caráter de crise internacional e, então, a *Marselhesa* é mais forte que os Salmos penitenciais.” (GRAMSCI, Q. 13, 2001, p. 1646) Portanto, pode-se afirmar que o advento do sentimento nacional significou uma importante alternativa à força moral-religiosa para os movimentos político-sociais. Um dos desdobramentos dessa energia é certamente o nacionalismo. De acordo com a periodização do autor, é entre 1789 e 1848 que “surgem e desenvolvem o fato e o conceito de nação e de pátria, que se tornam o elemento ordenador – intelectual e moralmente – das grandes massas populares, em concorrência vitoriosa com a Igreja e a religião católica...” (GRAMSCI, Q. 20, 2001, p. 2081) Além de representar essa força moral e intelectual laica, o

sentimento nacional também se colocou como uma concepção política claramente oposta ao cosmopolitismo característico do catolicismo. Atuando, assim, em pelo menos duas frentes: uma moral-subjetiva, outra político-concreta.

A Revolução Francesa foi um dos principais movimentos que, ao longo de um amplo período histórico, “reformaram” e comprometeram as estruturas da Igreja de Roma. O primeiro de tais eventos está relacionado ao

cisma entre Oriente e Ocidente, de caráter territorial, entre duas civilizações históricas contrastantes, com escassos elementos ideológicos e culturais, que tem início com o advento do Império de Carlos Magno, isto é, com uma renovada tentativa de hegemonia política e cultural do Ocidente sobre o Oriente; (...) O segundo é o da Reforma, que se verifica em condições bem diversas e que, se tem como resultado uma separação territorial, tem sobretudo um caráter cultural e determina a Contra-Reforma (...) O terceiro é o da Revolução Francesa (Reforma liberal-democrática), que obriga ainda mais a Igreja a enrijecer-se e mumificar-se num organismo absolutista e formalista, cujo chefe nominal é o papa, com poderes teoricamente “autocráticos”, mas na verdade muito escassos, já que todo sistema só se sustenta por causa de seu enrijecimento típico de um parálitico. (GRAMSCI, Q. 20, 2001, pp. 2093-94)

Portanto, os acontecimentos franceses do século XVIII, significaram um dos principais golpes ao poder católico de Roma. A partir do iluminismo francês, criou-se uma “teoria que consiste em contrapor a ‘religião da pátria’ à ‘religião romana’, o que permite supor um aumento do nacionalismo patriótico e não do cosmopolitismo romano.” (GRAMSCI, Q. 20, 2001, p. 2094) De um modo geral, a Revolução Francesa pode ser considerada historicamente mais madura, em relação à Reforma, justamente pelo fato de ter ocorrido no terreno do laicismo. (GRAMSCI, Q. 1, 2001)

Durante o Renascimento, a religião significava o “consenso” e a Igreja era a “sociedade civil”. Estes elementos constituíam parte dos mecanismos de construção da hegemonia dos grupos dirigentes e, certamente, eram incorporados pelos Estados. Na Itália, a hegemonia que nascia desses elementos não apresentava, ao contrário da Alemanha reformada e mais tarde da França jacobina, a alternativa do sentimento nacional para as camadas populares se organizarem.

No caso específico da relação Estado/sociedade civil, a França jacobina também apresenta aspectos inovadores:

Deve-se estudar, a partir deste ponto de vista, a iniciativa jacobina de instituir o culto do “Ser Supremo”, que surge, portanto, como uma tentativa de criar a identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil), numa desesperada tentativa de dominar toda a vida popular e nacional, mas que surge também como a primeira raiz do moderno Estado laico, independente da Igreja,

que procura e encontra em si mesmo, em sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica. (GRAMSCI, Q. 6, 2001, p.763)

Certamente, nada disso houve em sentido prático-coletivo na Itália até aquele momento. Somente em termos teóricos e individuais com o pensamento de Maquiavel, houve a tentativa de se pensar a política para os setores populares, separada da moral religiosa. Em vários momentos dos *Quaderni*, Gramsci destaca o movimento jacobino como sendo o mais importante partido da revolução burguesa francesa. Tudo por sua força progressista diante das demais correntes políticas e por seu vínculo com as amplas massas populares. Isto fez dele a expressão mais radical do “nacional-popular” – entre os séculos XVIII e início do XX. (Lembrando que para Gramsci o processo revolucionário russo também poderia ser identificado como um movimento imbuído de uma vontade coletiva nacional-popular.) O jacobinismo foi uma das poucas experiências históricas em que houve uma união orgânica entre dirigentes/dirigidos, entre intelectuais/massas populares, etc, um dos aspectos centrais da efetiva existência do “nacional-popular”. Em certo sentido, a França foi um verdadeiro “laboratório político” para formação da Europa moderna. (Burgio, 2002)

Essa leitura está em completa oposição a determinadas concepções que colocam a Revolução de 1789 como fonte de tirania, no processo de construção da nação francesa. (Acton, 2000) Segundo este historiador inglês:

Quando o povo francês aboliu as autoridades sob as quais vivia e se tornou seu próprio senhor, a França correu o risco da dissolução, pois é difícil determinar-se a vontade comum, estabelecendo-se prontamente um acordo em torno dela. “As leis”, disse Vergniaud no debate sobre a condenação do rei, “são obrigatórias como vontade presumível do povo, que detém o direito de aprová-las ou condená-las. No momento em que ele manifesta seu desejo, o trabalho da representação nacional, a lei, deve desaparecer.” Essa doutrina decompôs a sociedade em seus elementos naturais e ameaçou fragmentar o país em tantas repúblicas quantas eram as comunas. (Acton, 2000, p. 27)

Portanto, muitas vezes os acontecimentos franceses que marcaram profundas rupturas com o passado feudal são interpretados como processos perigosos à liberdade e ao bem-comum.

Na França, mesmo de forma embrionária, pode-se dizer que desde a Monarquia Absoluta, houve o surgimento de forças de cunho nacionais fundamentais para sua história, sendo a figura do intelectual uma das principais. A partir dessa *herança histórico-nacional*, aqui considerada progressista, “quando, em 1789, um novo agrupamento social aflora politicamente à história, ele está completamente aparelhado para todas as suas funções sociais e, por isso, luta pelo domínio total da nação, sem estabelecer compromissos essenciais com as velhas classes, mas, ao contrário, subordinando-as às próprias finalidades.” (GRAMSCI, Q. 12, 2001, p. 1524) Essa postura jacobina acabou

criando na moderna *vida nacional* francesa raízes profundas em suas relações sociais. À medida que se rompe radicalmente com as classes do “Antigo Regime”, cosmopolitas e também conservadoras, cria-se, em decorrência, uma cultura nacional significativa. Diferentemente da Itália que não construiu a sua Monarquia Absoluta, chegando ao “Século das Luzes” ainda sem um sentimento nacional consolidado.

O tema do jacobinismo, encontrado nos *Quaderni*, não se relaciona apenas com a ciência política de Maquiavel, como já foi dito, muitas vezes ele também serve como referência na análise sobre o processo de unificação da Itália – o *Risorgimento*. Confirmando, então, que ele não é um tema de discussão isolado no interior dos *Quaderni* gramscianos.

Dentro da tradição francesa, até mesmo o “cosmopolitismo” apresentava um outro conteúdo político-cultural. Em outras palavras, “a função cosmopolita dos intelectuais franceses a partir do século XVIII é de caráter absolutamente diverso daquela exercida pelos italianos anteriormente. Os intelectuais franceses expressam e representam explicitamente um compacto bloco nacional, do qual são os ‘embaixadores’ culturais, etc.” (GRAMSCI, Q. 2, 2001, p. 255) Portanto, mesmo em seus contatos com o restante do mundo, os intelectuais franceses não deixavam de expressar a *vida nacional* da qual partiam.

Um outro aspecto a ser destacado sobre os jacobinos é que eles conseguiram colocar em movimento a partir de uma luta permanente, uma ação específica de um partido dirigente e hegemônico. Em outras palavras, eles se “impuseram” à totalidade da burguesia da França, impulsionando-a para um movimento progressista e avançado, contrariando até mesmo setores da própria classe que não queriam radicalizar o processo revolucionário. E é daí que se entendem os contragolpes, por eles sofridos, e a função de Napoleão I. De maneira geral, essa característica do jacobinismo – semelhante ao movimento de Cromwell, na Inglaterra – é o que particulariza toda grande Revolução burguesa, pois obrigou a se criar novos eventos, “empurrando para frente os burgueses a pontapés no traseiro desferidos por um grupo de homens extremamente enérgicos e resolutos...” (GRAMSCI, Q. 19, 2001, p. 2027) Mesmo não desenvolvendo profundamente, como no caso francês, a Inglaterra também teve o seu movimento “nacional-popular”, fundamentalmente quando rompe com as forças medievais.

Tais características, não estiveram presentes entre os membros do Partido de Ação – principal organização política no momento da unificação que poderia impulsionar as forças progressistas e populares da Itália.

Continuando a análise sobre o jacobinismo, vê-se nas palavras do autor sardo:

o terceiro estado era o menos homogêneo dos estados; tinha uma elite intelectual muito diferenciada e um grupo economicamente muito avançado, mas politicamente mode-

rado. O desenrolar dos acontecimentos segue um processo dos mais interessantes. Os representantes do terceiro estado inicialmente formulam apenas as questões que interessam aos integrantes físicos efetivos do grupo social, seus interesses “corporativos” imediatos (corporativos no sentido tradicional, de interesses imediatos e estreitamente egoístas de uma determinada categoria): os precursores da Revolução, de fato, são reformadores moderados, que engrossam a voz mas, na realidade, exigem bem pouco. Gradualmente, seleciona-se uma nova elite que não se interessa unicamente por reformas “corporativas”, mas tende a conceber a burguesia como o grupo hegemônico de todas as forças populares, e esta seleção ocorre pela ação de dois fatores: a resistência das velhas forças sociais e a ameaça internacional (GRAMSCI, Q. 19, 2001, pp. 2027-28)

Nesta passagem, então, o autor busca ressaltar a transformação da burguesia, de classe corporativa à hegemônica, justamente quando passa a liderar o movimento de ruptura ao “Antigo Regime” e a incorporar também os interesses das massas populares. Contraditoriamente, a pressão das forças do mundo feudal, no âmbito nacional e internacional, fez todo o processo de ruptura ganhar grande energia. Mais adiante é possível ver o seguinte argumento:

As velhas forças não querem ceder nada e, se cedem alguma coisa, fazem-no com a vontade de ganhar tempo e preparar uma contra-ofensiva. O terceiro estado cairia nestas “armadilhas” sucessivas sem a ação enérgica dos jacobinos, que se opõem a qualquer “parada” intermediária do processo revolucionário e mandam à guilhotina não só os elementos da velha sociedade, que resiste até morrer, mas também os revolucionários de ontem, hoje tornados reacionários. Os jacobinos, portanto, foram o único partido da revolução em ato, uma vez que não só representavam as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento em seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral, porque também representavam as necessidades futuras e, de novo, não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente. (GRAMSCI, Q. 19, 2001, p. 2028)

Na visão de Gramsci, os jacobinos incorporaram um certo realismo histórico que deveria ser buscado em Maquiavel. Nesta perspectiva, eles estavam inteiramente convencidos da “verdade” contida na fórmula: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. E o mais importante, as massas populares – organizadas e levadas à luta política por eles – também se convenceram dessa bandeira. Portanto, se é verdade que os jacobinos radicalizaram em demasia, também não é falso o fato disso ter ocorrido por tentarem impulsionar o desenvolvimento histórico ao lado do “povo”. Eles não organizaram apenas o governo burguês, transformando essa classe em dirigente, suas forças foram mais longe. Afinal, eles não criaram apenas o aparelho estatal moderno, fazendo da burguesia a classe nacional dirigente e hegemônica, mas deram também ao novo “Estado uma base permanente, criaram a compacta nação francesa moderna.” (Q. 19, 2001, p. 2029)

Uma vez construindo a unidade nacional moderna, tendo como base as classes subalternas, acabaram consolidando a forma mais avançada de movimento “nacional-popular”, existente até aquele momento.

O projeto nacional jacobino não se realizou plenamente, pelo fato de não reconhecerem “aos operários o direito de associação (...) Romperam, assim, o bloco urbano de Paris: suas forças de assalto, que se agrupavam na cidade, se dispersaram (...) A Revolução havia encontrado os limites mais amplos de classe...” (GRAMSCI, Q.19, 2001, p. 2029) Assim, com a recusa das novas forças populares, o “nacional-popular” jacobino não teve mais como se sustentar historicamente.

As reações da própria Europa à Revolução Francesa, deram-se também por meio de diversas insurreições nacionais, contra o novo poder político e a nova hegemonia emergentes, só que com um conteúdo político-social conservador, ou mesmo reacionário. Foi a partir disso, isto é, da rejeição do processo revolucionário francês, que nasceram os modernos Estados europeus, marcados por pequenas, mas sucessivas, ondas reformistas. Este movimento foi a marca da formação do Estado nacional italiano, ou seja, um processo sem explosões revolucionárias e sem a participação efetiva das massas populares.

De maneira geral, Gramsci também destaca outros elementos que revelam a ligação entre os movimentos político-culturais e as classes populares da França. Como exemplo, pode-se dá a sua literatura filosófica, sempre preocupada com as questões do “senso comum”. Na verdade, o objetivo do autor italiano é evidenciar como uma determinada cultura cria raízes no “popular-nacional”. Os intelectuais franceses tendiam, mais do que em outros *espaços* nacionais, a se aproximarem das classes populares para orientá-las ideologicamente e mantê-las vinculadas ao grupo dirigente. (GRAMSCI, Q.11, 2001) Exemplo importante a ser seguido e incorporado por aqueles italianos preocupados em construir um movimento político-cultural hegemônico, progressista e popular.

Mesmo “a tradição estatal de Roma conservou-se particularmente no centralismo monárquico francês e no espírito nacional estatal do povo francês.” (GRAMSCI, Q. 3, 2001, p. 339). Em outras palavras, até os aspectos avançados do Mundo Romano, acabaram sendo “traduzidos” para a França e não para a própria Itália. Aquela e não esta fora, na verdade, a herdeira política de Roma.

No pensamento gramsciano existe uma clara intenção em “traduzir” para a Itália as experiências populares de outros *espaços* nacionais. E esta era ainda uma tarefa bastante atual em sua época, pois, ao longo da história italiana, poucos foram os movimentos que incorporaram em seus projetos político-culturais a *herança histórico-internacional* progressista. Em termos intelectuais, a exceção sobre essa questão, certamente foi Maquiavel – que pensou as soluções para a Itália, tendo em vista a França e a Espanha. O Secretário Florentino buscou o que tinha mais avançado politicamente

no contexto europeu para pensar as contradições da própria península. Gramsci, por sua vez, partido da questão da “tradutibilidade”, também busca identificar nos espaços externos à Itália, os avanços culturais e políticos do mundo do trabalho. As conquistas, ainda que parciais, dos trabalhadores dos demais países deveriam ser traduzidas para às classes subalternas italianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No interior dos *Quaderni*, outros exemplos de movimentos de caráter nacional-popular são ressaltados pelo autor. Um que ganha importante destaque corresponde ao processo revolucionário russo de 1917, quando, na leitura de Gramsci, os bolcheviques conseguiram se vincular organicamente com as classes populares, criando uma relação compacta entre intelectual e massa, entre filosofia e política, entre o nacional e o popular. Portanto, os casos realçados até aqui não esgotam a temática das experiências nacional-populares, identificadas pelo autor italiano.

Importante considerar que Gramsci, ao se dedicar à compreensão de tais experiências externas à Itália, não tem como objetivo a produção de um conhecimento de cunho abstrato ou erudito, descolado da vida real. A sua intenção é, a partir desses eventos, compreender a própria realidade italiana, mais precisamente encontrar a resposta para o fato da Itália não ter vivido um tal movimento.

Tanto a reforma protestante quanto o jacobinismo francês, estão vinculados aos questionamentos feitos pelo autor sobre: 1) a não efetivação da Monarquia Absoluta, no tempo de Maquiavel; 2) o caráter conservador da unificação política da península com o Risorgimento; 3) a grande força do fascismo no cenário italiano; entre outros.

Gramsci, enquanto historiador do mundo do trabalho, não restringe essa atividade ao espaço nacional italiano, afinal o acúmulo mundial das experiências ativas dos subalternos é parte orgânica de qualquer processo de ruptura à dominação capitalista. Além disso, a perspectiva de construção de uma realidade emancipada não se restringe ao trabalho colocado no presente imediato, nem ainda às possibilidades indicadas para um determinado futuro, mas também e fundamentalmente a partir dos elementos que caracterizaram a luta mundial do subalterno contra as formas de dominação que são, aos poucos e ao longo do tempo, transformados em força humana cada vez mais ativa e consistente. Desse modo, evita-se não só um nacionalismo de tipo stalinista (ou mesmo fascista), como também fórmulas abstratas sobre como construir o novo, não levando em conta as experiências progressistas do passado.

Segundo Giorgio Baratta, “o jacobinismo representa, de fato, para ele (Gramsci), uma componente européia histórica daquela instância internacional-popular

que ele vê concretizada nos tempos modernos pelo projeto revolucionário socialista.” (BARATTA, 2004, p. 232)

Certamente que mesmo reconhecendo uma longa trajetória de luta das forças populares, no interior dos processos históricos, Gramsci não tem o objetivo de transpor mecanicamente para Itália qualquer fórmula política. Daí a sua preocupação com o tema da ‘tradutibilidade’. A tradução das forças progressistas internacionais para a Itália poderia ser decisiva para os subalternos da península, principalmente no processo de auto-conhecimento. O grupo do L’Ordine Nuovo tinha claramente isso em vista.

Portanto é tendo como contexto essas questões que se compreende a preocupação do autor sardo em analisar a reforma protestante e o jacobinismo francês, definindo-os como experiências nacional-populares.

BIBLIOGRAFIA

ACTON, L. *Nacionalidade*, In: Balakrishnan (Org.) *Um mapa da questão nacional*, Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 2000.

BARATTA, G. *As rosas e os cadernos – o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*, Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2004.

BREUILLY, J. *Abordagens do nacionalismo*, In: Balakrishnan (Org.) *Um mapa da questão nacional*, Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 2000.

FROSINI, F. *Riforma e rinascimento*, In: Frosini / Liguori (Org’s) *Le parole di Gramsci – per un lessico dei Quaderni del carcere*, Ed. Carocci / International Gramsci Society – Italia, Roma, 2007.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Ed Einaudi, Edizione critica dell’Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana, Torino, 2001, 4Vs.

KEBIR, S. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal, In: Coutinho (Org.) *Ler Gramsci, entender a realidade*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

MEDICI, R. *Giacobinismo*, In: Frosini / Liguori (Org’s) *Le parole di Gramsci – per un lessico dei Quaderni del carcere*, Ed. Carocci / International Gramsci Society – Italia, Roma, 2007.

BURGIO, A. *Gramsci storico – una lettura dei Quaderni del carcere*, Ed. Laterza, Roma, 2002.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ed. Pioneira, São Paulo, 2003.